DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 5514/2021

PROCESSO TC/MS	: TC/15559/2016/001
PROTOCOLO	: 2016412
ÓRGÃO	: MUNICÍPIO DE JARAGUARI
RECORRENTE	: EDSON RODRIGUES NOGUEIRA (PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA)
TIPO DE PROCESSO	: RECURSO ORDINÁRIO CONTRA A DECISÃO SINGULAR DSG – G. RC – 14712/2019
RELATOR	: CONS. FLÁVIO KAYATT

RELATÓRIO

Examina-se, nos presentes autos, a matéria do Recurso Ordinário interposto pelo senhor EDSON RODRIGUES NOGUEIRA (Prefeito Municipal à época dos fatos), devidamente recebido pela Presidência DESPACHO DSP – GAB. PRES. – 1794/2020 (pç. 5, fl. 8), contra os efeitos da Decisão Singular DSG – G. RC – 14712/2019, proferida nos autos do TC/15559/2016 (pç. 27, fls. 78-82).

Quanto à deliberação atacada, verifica-se o seguinte teor da parte dispositiva:

> **4.1** Pela **REGULARIDADE** da dispensa de licitação realizada Município de Jaraguari, de acordo com o previsto na lei 8.666/93;
> **4.2** Pela **IRREGULARIDADE** da Nota de Empenho n. 181/2015 emitida pelo Município de Jaraguari em favor da empresa Sertão Comercial de Equipamentos Ltda., por infringência do art. 61, parágrafo único da lei 8666/93;
> **4.3** - Pela **REGULARIDADE** da execução financeira da Nota de Empenho n. 181/2015 emitida em conformidade com o prazo, padrão e normas técnicas contratualmente estabelecidas;
> **4.4 –** Pela **APLICAÇÃO** da **MULTA** ao Ex-Prefeito Vagner Gomes Vilela, inscrito no CPF/MF n. 517.662.131-20, no valor correspondente a 100 (cem) UFERMS**,** prevista no art. 181, I do Regimento Interno do TCE/MS, pela infringência do art. 61, parágrafo único da lei 8.666/93;
> **4.5 --** Pela **APLICAÇÃO** de **MULTA** no valor correspondente a **50 (cinquenta UFERMS,** ao atual Prefeito de Jaraguari **Edson Rodrigues Nogueira,** portador do CPF/MF n. 286.320.601-04, pela prática da infração prevista no art. 42, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n. 160/2012; (...) (os destaques constam do texto original).

Em síntese, o recorrente, **Edson Rodrigues Nogueira,** pleiteia pela reforma da decisão, no sentido de isentá-lo da aplicação da multa de 50 (cinquenta) UFERMS, pela revelia.

Contudo, é necessário registrar que:

- no transcorrer do processo recursal, o senhor EDSON RODRIGUES NOGUEIRA efetuou o pagamento da penalidade a ela infligida na Decisão

Singular DSG – G. RC – 14712/2019, conforme se observa na Certidão de Quitação de Multa, emitida pela Gerência de Controle Institucional, à fl. 95-96 do Processo TC/15559/2016 (pç. 40);

- o pagamento da multa pelo recorrente foi realizado com o desconto decorrente da adesão ao programa de concessão de redução de créditos devidos ao Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas (FUNTC), previsto na Lei Estadual n. 5.454, de 15 de dezembro de 2019, e regulamentado na Instrução Normativa PRE/TCMS n. 13, de 27 de janeiro de 2020.

Seguindo os ritos regimentais, os autos foram ao Representante do Ministério Público de Contas, que emitiu o Parecer PAR - 2ª PRC – 4666/2021 (pç. 8, fls. 11-12), opinando pela extinção e consequente arquivamento do presente feito, pela perda do objeto.

É o Relatório.

DECISÃO

Acerca da matéria em exame, tenho como certo, em juízo preliminar, que o feito não tem fundamento para subsistir, em razão da falta superveniente do interesse processual do recorrente.

E a falta superveniente de interesse processual decorre do fato de que o senhor Edson Rodrigues Nogueira efetuou o pagamento da multa a ele infligida, com o benefício do desconto decorrente do programa de concessão de redução de créditos devidos ao Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas (FUNTC). A Instrução Normativa PRE/TCMS n. 13, de 27 de janeiro de 2020, que regulamenta tal programa, prevê:

> Art. 5º O deferimento do pedido de pagamento dos débitos com os benefícios concedidos, conforme regulamenta esta Instrução Normativa, constitui confissão irretratável da dívida em cobrança administrativa ou judicial, renúncia e desistência de quaisquer meios de defesa, impugnação e recurso administrativo ou judicial que tenha por objeto o questionamento do crédito devido ao FUNTC.(...)
> Art. 6º (...)
> § 1º Os processos, eventuais recursos e pedidos de revisão, cujas multas forem quitadas com redução serão submetidos ao Conselheiro Relator do feito para decidir quanto à sua extinção ou continuidade, para cumprimento de outros atos executórios.

Portanto, tendo advindo fato novo no transcorrer “da marcha processual”, significativo da realização do pagamento da multa pelo recorrente, esse fato ocasionou a perda do objeto e, por consequência, a falta de interesse processual superveniente, ensejando a extinção do processo sem a resolução de mérito. Nesse sentido, os seguintes precedentes judiciais:

> – RECURSO ORDINÁRIO. PERDA DO OBJETO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL SUPERVENIENTE. EXTINÇAO SEM RESOLUÇAO DE MÉRITO. ARTIGO 267, VI, CPC [atualmente art. 485, VI, do CPC]. Se no curso da marcha processual advir fato novo capaz de tornar inócua a existência jurídica do processo, por inconteste perda do objeto vindicado no feito e pela falta de interesse superveniente, este deverá ser extinto sem resolução de mérito, na esteira do art. 267, inciso VI, do CPC. (TRT-14 - RO: 672 RO 0000672, Relator: JUIZA FEDERAL DO TRABALHO CONVOCADA ARLENE REGINA DO COUTO RAMOS, Data de Julgamento: 27/10/2010, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DETRT14 n.0199, de 03/11/2010).
>
> – AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESBLOQUEIO DE VALORES. PERDA DE OBJETO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL SUPERVENIENTE. Não mais subsiste o interesse recursal do recorrente porque a tutela jurisdicional ora postulada já foi atendida pela decisão, proferida em Agravo de instrumento relacionado, e que determinou o desbloqueio do numerário pertencente ao agravante. (TRF-4 - AG: 50084087620194040000 5008408-76.2019.4.04.0000, Relator: VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, Data de Julgamento: 04/09/2019, QUARTA TURMA).

Entendo, portanto, que o recorrente, ao pagar a multa, cumpriu as determinações a ela impostas pela Decisão Singular DSG – G. RC – 14712/2019, ocasionando a perda de objeto do processo recursal. Em razão disso, o presente processo deve ser extinto, sem resolução de mérito, e arquivado, em conformidade com o disposto no art. 485, VI, do Código de Processo Civil – aplicável ao caso pela regra do art. 89 da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012.

Assim, diante do exposto, acolho a manifestação do Ministério Público de Contas (MPC) e, dando cumprimento ao art. 6º, § 2º da Instrução Normativa PRE/TCMS Nº 13/2020, **DECIDO** pela **extinção**, sem resolução de mérito, e **arquivamento** do Processo TC/15559/2016/001, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, e no art. 11, V, "a", do Regimento Interno (aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018), em razão da ocorrência de fato novo no transcorrer do andamento processual (correspondente ao pagamento, pelo recorrente, da multa a ele infligida por meio da Decisão Singular DSG – G. RC – 14712/2019), o qual ocasionou a perda do objeto e, por consequência, a falta de interesse processual superveniente do recorrente.

É a Decisão.

Campo Grande/MS, 18 de maio de 2021.

Conselheiro FLÁVIO KAYATT
Relator

MCL